

## **PRONATEC VERSUS O "APAGÃO DA MÃO DE OBRA" NO BRASIL**

**Rodrigo Cardozo Fuentes e Liliana Soares Ferreira**

UFSM

fuentes@ctism.ufsm.br - anailiferreira@yahoo.com.br

---

### **RESUMO**

Esse trabalho consiste em um estudo sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - o PRONATEC, abordando criticamente a legislação que o instituiu. Realiza-se uma contextualização com o cenário socioeconômico atual em meio a incentivos federais para programas de crescimento econômico e desenvolvimento. Analisa-se as políticas públicas propostas pelo Governo Federal dentro de uma perspectiva dialética, contextualizada em uma estrutura marcadamente capitalista e ideologicamente comprometida. Realizou-se uma revisão bibliográfica em títulos, artigos e publicações associadas aos temas: Trabalho e Educação. O artigo está organizado além da introdução e considerações finais nas seções: O trabalho e a educação como meio de inclusão: necessidade histórica e o capitalismo; a busca pelo desenvolvimento econômico e o descompasso na educação; O PRONATEC em análise num contexto social. Nas considerações finais procedem-se reflexões no contexto das políticas educacionais em programas dedicados à educação para o trabalho e para os trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** PRONATEC, apagão de mão de obra, educação profissional, trabalho.

## **PRONATEC VERSUS O "APAGÃO DA MÃO DE OBRA" NO BRASIL**

### **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta uma análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) contextualizada em um cenário socioeconômico, no qual a convergência de diversos fatores como: medidas de incentivo ao crescimento econômico, redução da taxa global de desemprego e o descompasso histórico da educação brasileira produzem seus efeitos. Neste espaço e tempo, o Governo Federal instituiu um programa audacioso, promovendo elevados investimentos em busca do tempo perdido. Como contextualizar criticamente essas ações dentro de um universo pragmático, no qual o capital requer “mão de obra” suficiente e qualificada a fim de manter os seus custos de produção? Qual o real significado de se buscar a capacitação aligeirada de aproximadamente oito milhões de brasileiros em um mutirão de Instituições? Essas e outras questões são abordadas ao longo desse trabalho sob uma visão crítica em um cenário ideologicamente marcado.

### **2. O TRABALHO E A EDUCAÇÃO COMO MEIO DE INCLUSÃO: NECESSIDADE HISTÓRICA E O CAPITALISMO**

Demerval Saviani, em seu artigo “Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos” aborda, no início de seu texto, a natureza humana em relação às outras espécies animais e a sua essência baseada na ação transformadora da natureza, destacando:

[...] o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico (SAVIANI, 2007. p. 154).

Observa-se que o pensamento de Saviani (2007) busca identidade e essência com o pensamento de Marx (1996). Permitindo, assim, a construção e o entendimento de modo objetivo e eficaz do significado de trabalho. Marx (1996, p. 208) afirma: “o processo do trabalho é entendido como condição natural eterna da vida humana”. Nessa perspectiva, o caracteriza como a intervenção do ser humano sobre a natureza para produzir e reproduzir a sua existência social, mediada pelas relações sociais de produção estabelecidas entre si. O trabalho é ação própria do ser humano, natural e necessária na sua própria humanização. Entretanto, no modo de produção capitalista, o trabalho foi inserido socialmente como condição necessária de sobrevivência do ser humano. O trabalho formalizado e regulamentado por leis tornou-se emprego, um contrato social necessário para os seres humanos incluírem-se no mundo do trabalho.

Vale lembrar que a regulamentação, a ampliação das normas de saúde e segurança do trabalho e a própria formalização do trabalho como um emprego garantido pelos sistemas sociais, ainda é luta contemporânea e que avanços ocorrem sempre sob duras penas. No modo de produção capitalista, as relações sociais de trabalho estabelecem uma contradição entre os que possuem os meios e modos de produção e os que possuem a força de trabalho. Estes vendem sua força de trabalho àqueles e inserem-se na produção, em acordo com suas condições, gerando a divisão social do trabalho e as classes sociais.

O trabalho ocupa um lugar indiscutivelmente destacado na vida do ser humano em sociedade, mesmo no século XXI. É o modo objetivo de produzir identidade, de demarcar espaço, em uma sociedade estratificada em classes sociais. Portanto, não perde sua centralidade, se afirma e reafirma, produzindo riqueza e miséria com todas as suas dualidades.

[...] Mas, em contraposição, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se, por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano" [...]. (ANTUNES, 2005. P. 13,14).

Antunes (2005), alerta para o lado penoso e alienante do trabalho, como algo cuja única função é a sobrevivência humana e não a realização do ser social, reafirma a atualidade e a centralidade da temática trabalho.

É inegável a rápida expansão das relações burguesas e capitalistas ao redor de todo o mundo e de quase todas as culturas, tornando-se um sistema praticamente hegemônico. Sistema que possui dinâmica própria, que se adapta e se modifica, se retroalimenta, se expande e se contrai, proporciona riqueza e pobreza. Edifica e destrói sistemas políticos instantaneamente. Relaciona-se com a natureza e com o ser social de forma vil e agressiva, aliena o trabalho, alimenta o individualismo e a competição voraz.

O processo de mundialização das relações burguesas também alimenta os confrontos das lutas sociais, que eclodem como greves ou movimentos sociais de populações excluídas. Trata-se de um fenômeno social diretamente associado ao trabalho, emprego, desemprego e a desintegração de garantias sociais. Caracteriza esta época a insegurança e as rápidas transformações que são impostas às sociedades. Antunes (2005) aborda este tema como novas formas da confrontação social contra a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea, apresenta a nova morfologia do trabalho a partir de um caráter multifacetado do trabalho, que se opõe frontalmente à ideia eurocêntrica, defendida por autores como Rifkin (1995), que a classe proletária estaria em vias de extinção, e o trabalho como um valor em vias de desaparecimento, defendendo a ideia do descentramento e mesmo a desconstrução da categoria trabalho.

Não se pode desconsiderar que as sucessivas crises sociais também levaram governos a admitir formas fragilizadas de trabalho em troca de menores índices de desemprego e o agravamento das tensões sociais. Verifica-se a manutenção das questões estruturais impostas pela sociedade burguesa, regulando os avanços sociais e interferindo decisivamente nas políticas sociais, principalmente quando relacionadas à educação de trabalhadores.

Outro aspecto salientado por Antunes (2005) é a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade; é inegável que o suporte tecnológico e as facilidades de comunicação em âmbito global possibilitaram e impuseram uma dinâmica muito mais agressiva em relação à produtividade, fator que afeta sobremaneira os profissionais que desempenham atividades de característica imaterial relacionadas à informação e comunicação. Revela-se, mais uma vez, a característica contraditória imposta pelo sistema capitalista, o benefício de tempo livre que poderia ser proporcionado pela eficiência do “maquinário tecnocientífico” converte-se em sobretrabalho e aumento de produtividade. Finalmente, identifica-se a mudança no perfil do trabalhador, que se afasta das características do Taylorismo-Fordismo e passam a ter a necessidade de incorporar novas competências<sup>1</sup> profissionais, para ajustarem-se às características do sistema japonês da produção enxuta e principalmente para manterem os seus postos de trabalho. Este novo perfil profissional amplia a atividade intelectual principalmente pela necessidade de adaptação à máquina inteligente. Identifica-se agora uma interface importante desse artigo, onde a educação passa a ter função destacada neste novo perfil de trabalhador e no mundo do trabalho.

Saviani explica o restabelecimento da relação entre trabalho e educação:

Com o impacto da Revolução Industrial, os principais países assumiram a tarefa de organizar sistemas nacionais de ensino, buscando generalizar a escola básica. Portanto, à Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação. (SAVIANI, 2007, p. 159).

A sociedade burguesa passa a perceber a importância de um sistema educacional organizado e eficiente para que possa prover também a força de trabalho necessária ao sistema produtivo. Organizaram-se sistemas básicos ou primários de educação com a difusão dos códigos formais de comunicação e o domínio das ferramentas básicas da Matemática. Saviani segue com a evolução do sistema de ensino a partir das necessidades impostas pelo mundo do trabalho:

A introdução da maquinaria eliminou a exigência de qualificação específica, mas impôs um patamar mínimo de qualificação geral, equacionado no currículo da escola elementar. Preenchido esse requisito, os trabalhadores estavam em condições de

---

1 Termo que denota um conjunto de habilidades necessárias ao desenvolvimento de determinada tarefa. O sentido empregado para esse termo vem sendo amplamente debatido entre diversos estudos e autores (ANTUNES, 2005; MÉSZÁROS, 2009; GENTILLI, 2002). A princípio está intimamente relacionado com as estratégias e políticas neoliberais que transferem as responsabilidades da não empregabilidade ou pela redução dos postos de trabalho a falta de competência dos próprios trabalhadores.

conviver com as máquinas, operando-as sem maiores dificuldades. Contudo, além do trabalho com as máquinas, era necessário também realizar atividades de manutenção, reparos, ajustes, desenvolvimento e adaptação a novas circunstâncias. (SAVIANI, 2007, p.159).

Essa nova situação produziu dois caminhos distintos a partir da escola primária, a escola de formação geral e a escola profissional. As escolas de formação geral, não tendo vinculação objetiva com a produção, tenderam a desenvolver qualificações intelectuais gerais. As escolas profissionalizantes, objetivadas nos processos produtivos, desenvolveram conhecimentos e qualificações ligadas ao exercício de atividades intelectuais e manuais associadas aos processos produtivos fabris.

### **3. A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O DESCOMPASSO NA EDUCAÇÃO**

A evolução e o desenvolvimento industrial do Brasil, desde a década de 1950 até os dias atuais sempre foi marcada por altos e baixos, demonstrando, em determinados momentos, extrema dependência com os cenários externos e em alguns momentos, capacidade de manutenção do crescimento. Atualmente, o Brasil apresenta posição de destaque no cenário mundial com um Produto Interno Bruto (PIB)<sup>2</sup>, que o posiciona entre as sete nações economicamente mais ativas. Situação controversa, pois, destaca-se pela desigualdade social e um sistema educacional cujas avaliações demonstram graves deficiências. Se forem traçadas linhas comparativas entre desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do sistema educacional, em todos os seus níveis, percebe-se o inquietante descompasso na evolução dos dois sistemas. Logicamente, a falta de ações efetivas no campo educacional no passado interferem dramaticamente no cenário atual.

Segundo dados oficiais, a política brasileira, em um suposto enfrentamento a crise internacional, no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio da Silva e no governo atual de Dilma Rousseff, tem procurado por meio de incentivos fiscais e projetos de grandes investimentos chamados de Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), movimentar e ativar a economia interna brasileira. Soma-se a estes programas a mudança na política econômica nacional em direção ao rebaixamento da taxa interna de juros, induzindo a atividade econômica e o consumo das famílias. O conjunto dessas ações até o presente momento tem proporcionado conforto no cenário econômico brasileiro. O PIB brasileiro apesar de expandir-se a índice abaixo do esperado, ainda é superior ao de muitas economias internacionais que apresentam atualmente processo econômico recessivo. Outro índice que não pode ser deixado de lado, em uma análise mais ampla de cenário, é o índice de desemprego, cujos valores obtidos por pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Economia (IBGE, 2012, p. 163) vêm oscilando nos anos de 2010 e 2011 entre 6 e 7% da população economicamente ativa. Esses números são considerados historicamente baixos.

---

<sup>2</sup> Indicador econômico utilizado para demonstrar a riqueza total produzida em um país. Observa-se que a metodologia de obtenção deste índice pode variar ligeiramente em cada país.

Novamente, o cenário brasileiro produz suas contradições, observando-se uma situação relativa de baixo índice global de desemprego e opostamente, milhares de vagas de trabalho não preenchidas. Trata-se daquilo que a imprensa brasileira vem chamando, desde o ano de 2010, de “apagão da mão de obra”. O sistema produtivo passa então a perceber uma grave lacuna. Onde estão os trabalhadores aptos a operar o maquinário “inteligente”? Onde estão os trabalhadores aptos às exigências do mercado? Quem irá manter, programar, configurar e reconfigurar estes sistemas de produção de alta complexidade?

Lazzareschi, em artigo publicado em 2010, aborda o tema “Apagão de Mão de Obra” e a sua relação com um sistema educacional pobre em significado para o trabalhador, que, também não atende aos requisitos mínimos de determinados postos de trabalho.

[...] a elevação dos índices de emprego formal, a abertura continuada de vagas no mercado formal de trabalho em todos os setores da economia, as projeções de aumento do Produto Interno Bruto neste e nos próximos anos desmascararam definitivamente a situação educacional do país e, parece, estão permitindo chamar a atenção das autoridades e da população em geral para um dos problemas mais sérios e de resolução impossível no curto prazo: o “apagão de mão de obra”, que poderá reduzir e mesmo retardar o desenvolvimento socioeconômico vislumbrado [...] (LAZZARESCHI, 2010, p. 193)

Lazzareschi salienta que “o apagão de mão de obra, todos sabem, não advém da falta de trabalhadores disponíveis no mercado de trabalho, mas da falta de empregabilidade<sup>3</sup> de sua maioria.” Salienta que, a falta de capacidade profissional para se candidatar a um emprego ou para permanecer no emprego não se deve apenas à reestruturação do processo de trabalho. O apagão de mão de obra é mais amplo do que o esperado em setores de alta tecnologia ou de grande especialização. Setores tradicionais que demandam trabalhadores com pouco ou nenhum conhecimento tecnológico (contemporânea sofisticada), carecem de trabalhadores. O cenário atual, defronta-se com o analfabetismo funcional dos candidatos a emprego, o que reduz consideravelmente as possibilidades de preenchimento das vagas de trabalho existentes e afeta o crescimento e a qualidade da produção e da prestação de serviços. Observam-se situações contraditórias, como candidatos a emprego mesmo possuidores de certificação do Ensino Fundamental e Médio, incapazes de compreender de imediato uma simples informação por escrito, de redigir uma só frase de forma correta e, sobretudo, fazer operações aritméticas simples. Expõe, dessa forma, a qualidade do sistema de ensino brasileiro, o que corrobora com os baixos resultados de avaliações educacionais comparativas entre as nações mundiais onde o Brasil ocupa as últimas posições.

Com média de sete anos de escolaridade, escolaridade marcada pelo analfabetismo funcional da grande maioria dos alunos, a força de trabalho brasileira tem o mais

---

3 “O conceito de empregabilidade – capacidade profissional para candidatar-se a um emprego ou para se manter no emprego - tem sido muito criticado pela maioria dos estudiosos do mundo do trabalho por desconsiderar a reestruturação produtiva como um dos principais fatores da redução dos postos de trabalho e, portanto, pela elevação dos índices de desemprego nas últimas décadas do século XX e, assim, sugerir a responsabilização dos trabalhadores desempregados por sua própria situação, mesmo em contextos desfavoráveis para o crescimento econômico e, portanto, para a geração de empregos.” (LAZZARESCHI, 2010, p. 193).

baixo grau de escolaridade do mundo industrializado, se comparada com a força de trabalho do leste europeu – 11 anos – e dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha, onde a média é de 13 a 14 anos de estudo. Ante o despreparo do jovem, prefere-se a contratação de trabalhadores mais velhos, cuja experiência em diferentes ocupações compensa a baixa escolaridade de baixa qualidade. (LAZZARESCHI, 2010, p. 197).

Sabe-se que o princípio básico do valor em um sistema capitalista está relacionado a escassez, ou seja, escassez de matéria prima representa matéria prima mais cara e do mesmo modo escassez de trabalhadores qualificados implica em maiores salários e valorização da mão de obra. Deste modo, a escassa mão de obra qualificada se valoriza, produzindo acréscimo na massa salarial dos mesmos. É a inversão da balança em direção ao trabalhador, colocando em xeque os interesses do capital. Observa-se então a pressão dos setores produtivos da sociedade, no sentido do Governo Federal, proporcionar a qualificação dos trabalhadores brasileiros e a solução imediata do “apagão de mão de obra”.

#### **4. O PRONATEC EM ANÁLISE NUM CONTEXTO SOCIAL**

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, instituído pela Lei Nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011, constitui-se como recente proposta para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do país. Em um contexto político de mudanças, com nova liderança e conseqüentemente com modificações estruturais, sociais e filosóficas, ainda que, sob a égide de uma mesma orientação político partidária. Desta maneira, depreende-se uma diferente perspectiva educacional, uma vez que o PRONATEC (Brasil, 2011) demarca um (novo) movimento de expansão para educação profissional e da qualificação de trabalhadores. No âmbito geral do Programa são identificadas seis grandes ações, que articulam e ampliam algumas já existentes e alicerçam outras: Bolsa Formação, FIES Técnico e Empresa, Expansão da Rede Federal, Rede e-Tec Brasil, Brasil Profissionalizado e a continuidade do acordo com o Sistema S.

Conforme o artigo primeiro dessa política pública evidencia-se o foco na ampliação da oferta e acesso à Educação Profissional e ao emprego. Neste sentido, grande parte das ações do Pronatec, tem sua gestão na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC. Entretanto, prevê em sua execução a articulação entre diversos ministérios atendendo a demandas específicas. A realização prática dessa articulação tem trazido à tona, o quanto é difícil a execução desses processos em um sistema burocrático. Dentre os objetivos propostos, destaca-se a ação denominada Bolsa-Formação, que se articula com diversos programas sociais no sentido de ampliar massivamente a oferta de cursos de formação inicial e continuada (FIC) e a qualificação de trabalhadores. Os cursos FIC são desenvolvidos com carga horária mínima de 160 horas o que confere ao sujeito atendido, certificação específica em um conjunto de formações definidas por catálogo de cursos FIC da SETEC/MEC. Ainda no âmbito do Bolsa-Formação, propicia-se formação técnica de nível médio através de cursos técnicos na modalidade concomitante para estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio. A Rede e-Tec Brasil,

articuladora do ensino à distância foi readequada ao PRONATEC por meio do Decreto nº 7.589, publicado em 26 de outubro de 2011. Outra ação relevante tem seu foco na expansão de novos campi dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, além da ampliação do número de vagas nas sedes já existentes.

No que tange à prática das ações de formação estão envolvidos a Rede Federal de Educação Profissional, composta pelo conjunto de Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e o Colégio Pedro II. Articula-se ainda, o conjunto de escolas de aprendizagem do Sistema S especialmente com a participação nas áreas industriais do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Aqui vale destacar que o Sistema S não faz parte do sistema público de educação e sim de um serviço particular mantido por contribuições patronais obrigatórias e não-obrigatórias por parte das empresas privadas dos setores integrantes como indústria e comércio.

O Programa prevê a aplicação de recursos, no custeio das ações nos âmbitos federais, estaduais e, ainda, no setor privado como nos serviços nacionais de aprendizagem e no financiamento de cursos da educação profissional e tecnológica.

No transcorrer do Pronatec, bem como, nos cursos à distância ofertados na Rede e-tec Brasil, estão previstas remunerações aos profissionais envolvidos nas ações de capacitação. Essa remuneração passa a ser concedida na forma de bolsa vinculada à produtividade do profissional, proporcionalmente ao tempo dedicado ao Programa. Isto se torna um fator preponderante para a adesão da parte executora do Programa, formada pelo conjunto de professores e dos técnicos administrativos das instituições. Oportuniza-se aqui, uma reflexão quanto à relação precarizada de trabalho que se estabelece, pois é improvável, que se possa dimensionar precisamente o quanto esta forma de retribuição proporciona benefícios ou traz prejuízos aos trabalhadores em educação.

O Pronatec prevê o financiamento da Educação Profissional de nível médio, pois transforma um programa anteriormente dedicado para financiar exclusivamente o ensino superior em Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): “Art. 11. O Fundo de Financiamento de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, passa a se denominar Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)”. (BRASIL, 2011).

O Pronatec articula-se com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e as agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE) por meio do programa de Seguro-Desemprego, gerando um condicionante ao segurado com relação aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional ofertados no âmbito do Programa.

Importante flexibilização é concedida aos serviços nacionais de aprendizagem, garantindo autonomia para a criação e oferta de cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica. Observa-se, neste aporte legal, estabelecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico



e Emprego, o reconhecimento de uma falha histórica e comprova a falta de políticas e investimentos de longo prazo no Brasil, ao que se refere à Educação Profissional. O Pronatec deve promover um cenário de mudança nos rumos da Educação Profissional, se considerado um período de crescimento e desenvolvimento econômico e social. Deve-se estar atentos à qualidade e ao grau de aceleração imprimido na formação desses sujeitos, principalmente quando existem diversas instituições envolvidas, nem todas, submetidas a um sistema fiscalizatório uniforme.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse artigo realizado a partir de uma análise da conjuntura socioeconômica, da releitura do aporte legal do PRONATEC e de uma revisão bibliográfica. Abordou-se a importância do trabalho e sua centralidade nas relações sociais contemporâneas, estabelecendo-se, uma relação com a educação, principalmente, na educação voltada ao trabalho. Evidenciou-se falha grave no sistema educacional brasileiro cuja falta de investimentos e atenção principalmente à educação profissional culminou em grave descompasso entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento do sistema educacional nacional. Omissão essa que repercutiu com o aclamado “apagão da mão de obra”, que mobilizou e exigiu ação dos nossos governantes em prol da educação profissional.

O governo federal reage a essa situação mesmo de forma tardia e promulga em 2011 a lei que estabelece o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e outras ações como os programas Brasil Profissionalizado e Mulheres Mil. É notável a amplitude e o caráter abrangente dessa nova legislação, permitindo o desenvolvimento de múltiplas ações e em diferentes pontos estratégicos, permitindo a inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas, indígenas, quilombolas entre outros segmentos historicamente vitimados pela exclusão social.

É importante salientar, pelo modo que vêm sendo desenvolvidas as ações do Pronatec, a grande ênfase é nos cursos de formação inicial e continuada, de curta duração, o que qualifica o trabalhador, entretanto, não eleva o seu grau de escolaridade e nem lhe garante um diploma de técnico de nível médio. Essa situação se contrapõe a um planejamento de médio e longo prazo, onde se preparam técnicos e tecnólogos com formação integral, capazes de desenvolver um pensamento crítico e reflexivo contribuindo com uma sociedade mais evoluída e mais preparada para as constantes crises produzidas pelo metabolismo do sistema capitalista. Outro aspecto suscetível de críticas é a grande participação e expansão do Sistema S (SENAI e SENAC) permitidas e impulsionadas com recursos públicos a partir do PRONATEC, cujos princípios e práticas educacionais estão intimamente vinculados aos interesses do mercado e do sistema capitalista.

O episódio do “apagão de mão de obra” no Brasil suscitou uma reação expressiva por parte do governo federal, colocando em ênfase a educação técnica e profissional no Brasil. Contudo,

necessitamos de muita qualidade no Ensino Fundamental, proporcionando aos jovens e trabalhadores melhores condições de competição e evolução nos sistemas educativos e nos postos laborais. Por fim, não se pode desprezar a capacidade transformadora da educação em uma sociedade. Uma sociedade mais educada também é uma sociedade mais exigente, mais desafiadora e por consequência mais organizada entorno de seus interesses sociais. Quando se trata de políticas para a educação de trabalhadores, devemos sempre buscar o apoio teórico e a base necessária à compreensão das ideologias e das finalidades daquilo que está sendo proposto; somente desse modo poderemos caminhar em passos firmes para um futuro mais igualitário, inclusivo e significativo no mundo do trabalho.

## 6. REFERÊNCIAS

1. ANTUNES, Ricardo. **O Caracol e Sua Concha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
2. BRASIL. Lei Federal Nº 12.513/2011 de 26 de outubro de 2011 – Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm). Acessado em 8 de jan de 2013.
3. GENTILI, Pablo. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J.C.; SAVIANI, D; SANFELICE, J. L. (orgs.) **Capitalismo, trabalho e educação**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2002.
4. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE, Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa**. 2012. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/retrospectiva2003\\_2011.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2011.pdf)> . Rio de Janeiro 2012. Acessado em 8 de jan de 2013.
5. LAZZARESCHI, Noêmia. O apagão de mão de obra no Brasil. **Revista Ponto-e-Virgula**. V.7:192-199: São Paulo – PUC, 2010. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n7/artigos/htm/pv7-15-noemialazzareschi.htm>>. Acessado em 14 de dez. de 2012.
6. MARX, Karl. **O Capital**, Crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultura, Coleção Os Economistas, 1996.
7. MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
8. RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo: Makron Books, 1995.
9. SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. V.12 n.34, Rio de Janeiro, Jan./abr., 2007.